

**PREVALÊNCIA DE
TRANSTORNOS MENTAIS
COMUNS EM HOMENS COM
EXPERIÊNCIA DE RUA:
COMPARAÇÃO ENTRE
ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL E
SITUAÇÃO DE RUA**

**PREVALENCE OF COMMON MENTAL DISORDERS AMONG MEN WITH
HOMELESSNESS EXPERIENCE: A COMPARISON BETWEEN INSTITUTIONAL
SHELTER AND LIVING ON THE STREET**

Ciências da Saúde • 19/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/792268496](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/792268496)

Victória Silva Midlej Ribeiro¹

Jorge Oliveira Meira²

Midian Luz Silva Barbosa³

Priscilla Mendes Brito⁴

Cristina Andrade Sampaio⁵

Juliana Ferreira Barros⁶

RESUMO

As vulnerabilidades decorrentes da experiência de rua podem impactar negativamente na saúde mental de quem as vivencia. O objetivo deste estudo foi comparar a prevalência de transtorno mental comum em homens com experiência de rua em acolhimento e em situação de rua. É um estudo transversal, descritivo e quantitativo realizado em três instituições em uma cidade do Sudoeste da Bahia no período de agosto a novembro de 2025. Foi utilizado o *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20). Da amostra, a maioria se declararam preto e pardos, tinham filhos, ensino fundamental incompleto, eram católicos, tinham mais de cinco anos de experiência de rua. Quanto à situação de moradia, 51,9% estavam acolhidos e 48,1% em situação de rua. Quanto à classificação do SRQ-20, da amostra geral, 48,1% apresentaram TMC. De acordo com a situação de moradia, 42,9% dos acolhidos e 53,8% dos em situação de rua foram classificados com TMC. Não houve associação estatística entre situação de moradia e TMC ($p=0,564$). Pessoas em situação de rua apresentaram maior prevalência do que os acolhidos. O acolhimento institucional, embora possa reduzir algumas vulnerabilidades relacionadas à permanência nas ruas, não representa a resolução do sofrimento psíquico.

Palavras-chave: Saúde Mental; População em situação de rua; Acolhimento.

ABSTRACT

The vulnerabilities associated with the experience of homelessness can negatively impact the mental health of those who experience them. The aim of this study was to compare the prevalence of common mental disorders (CMD) among men with a history of homelessness who were either in institutional care or currently living on the streets. This was a cross-sectional, descriptive, quantitative

study conducted at three institutions in a city in southwestern Bahia between August and November 2025. The Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) was used. The majority of the sample identified as Black or mixed-race (*pardo*), had children, had not completed primary education, were Catholic, and had more than five years of experience with homelessness. Regarding housing status, 51.9% were in institutional care, and 48.1% were living on the streets. Based on SRQ-20 classification, 48.1% of the total sample presented with CMD. When stratified by housing status, 42.9% of those in care and 53.8% of those living on the streets were classified as having CMD. There was no statistically significant association between housing status and CMD ($p=0.564$). People living on the streets showed a higher prevalence than those in institutional care. While institutional care may reduce certain vulnerabilities associated with living on the streets, it does not resolve psychological distress.

Keywords: Mental Health; Homeless People; Shelter.

1. INTRODUÇÃO

A situação de rua constitui uma expressão extrema da desigualdade social e da violação de direitos humanos, marcada pela precariedade das condições de vida e pela ruptura de vínculos sociais, familiares e institucionais (Gontijo; Silva; Viegas, 2024). No Brasil, a população em situação de rua (PSR) tem crescido de forma expressiva e é composta em sua maioria por homens (87%) (IPEA, 2024). Este fenômeno é impulsionado por processos históricos de exclusão, desmonte das políticas sociais e banalização da pobreza (Martins *et al.*, 2023).

A vivência nas ruas vai além da ausência de moradia, envolve experiências complexas de desamparo, resistência e construção de

formas de existir, que atravessam o corpo, o afeto e a identidade (Pinheiro; Giongo, 2023). Nesse contexto, o sofrimento psíquico é uma realidade comum, frequentemente agravado pela ausência de políticas públicas de cuidado integral e pela dificuldade de acesso aos serviços de saúde (Oliveira *et al.*, 2021).

Estudos apontam alta prevalência de transtornos mentais comuns (TCMs), sintomas de depressão, ansiedade, uso problemático de substâncias e sentimentos persistentes de desesperança entre pessoas em situação de rua (Barry *et al.*, 2024; Gutwinski *et al.*, 2021; Maia; Sanches; Vasconcellos, 2022). Tais manifestações, porém, não podem ser compreendidas apenas em termos biomédicos; são expressões de trajetórias marcadas por exclusões múltiplas, abandono institucional e cotidiano de violências (Braga; Brito; Garcia, 2024).

Em contextos de exclusão social, como o vivenciado por pessoas em situação de rua, a utilização do *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20) possibilita verificar o impacto das condições adversas sobre a saúde mental, mesmo diante de baixos níveis de escolaridade (Paiva; Guimarães, 2022). Um estudo transversal realizado com 49 pessoas em situação de rua, assistidas em uma Casa de Acolhida e em um Centro de Referência Especializado, identificou a presença de transtornos mentais comuns em 71,4% dos participantes, utilizando o SRQ-20 como instrumento de rastreamento (Patrício *et al.*, 2020).

Embora o acolhimento institucional surja como uma política pública estratégica para mitigar fatores de risco e facilitar o acesso à rede psicossocial, há lacunas científicas quanto aos seus efeitos e escassez de estudos comparativos entre pessoas acolhidas e as que permanecem nas ruas (Graf *et al.*, 2022). Dessa forma, estudos são

necessários para fundamentar a ampliação das políticas de cuidado, assim, a presente pesquisa propõe-se a dar visibilidade à população em vulnerabilidade, contribuindo para a produção de conhecimento necessário à elaboração de estratégias de promoção da saúde e políticas públicas voltadas ao cuidado.

Portanto, são fundamentais estudos que subsidiem práticas qualificadas, cuidado integral e políticas baseadas em dados no campo da saúde mental e assistência social, além de contribuir para a formação em saúde ao aprofundar a compreensão sobre as interseções entre desigualdade social e sofrimento psíquico. Dessa forma, o objetivo do presente estudo é comparar a prevalência de transtornos mentais comuns entre pessoas com experiência de rua acolhidas e pessoas em situação de rua de uma cidade do sudoeste da Bahia.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Pessoas com Experiência de Rua

A população em situação de rua representa uma das expressões mais visíveis e cruéis da vulnerabilidade social no Brasil (Contijo; Silva; Viegas, 2024). Segundo estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em março de 2023 havia cerca de 281.472 pessoas vivendo nas ruas no país, um crescimento de aproximadamente 38% em relação a 2020 (IPEA, 2023). Esse grupo é atravessado por múltiplas formas de exclusão: ausência de moradia, desemprego, insegurança alimentar, falta de acesso à saúde e à educação, além de experiências frequentes de violência e estigmatização (Brito; Silva, 2022).

Viver em situação de rua não se resume à carência material: trata-se de um processo contínuo de desfiliação social, onde o sujeito é empurrado para os limites do pertencimento e da visibilidade social (Collibeli; Paiva; Batista, 2023). As trajetórias que levam à rua são marcadas por rupturas afetivas, abandono institucional, desemprego estrutural e violências acumuladas ao longo da vida (Gramajo *et al.*, 2023). Grande parte dessas pessoas já passou por abrigos, instituições de acolhimento, hospitais psiquiátricos ou unidades socioeducativas, reforçando a perspectiva de que a rua se torna, muitas vezes, um "último território" possível (Martins *et al.*, 2023).

2.2. Pessoas em Situação de Rua

A condição de vulnerabilidade vivida nas ruas não se limita ao indivíduo isolado, mas reflete o fracasso coletivo da sociedade e do Estado em garantir condições mínimas de dignidade (Esmeraldo Filho; Ximenes, 2024). Nesse contexto, a escuta dessas experiências torna-se fundamental para desnaturalizar a exclusão e compreender como esses sujeitos produzem sentidos, estratégias de enfrentamento e formas de resistência simbólica à desumanização cotidiana (Gutwinski *et al.*, 2021).

A permanência nas ruas também expõe os indivíduos a condições que dificultam a manutenção da saúde e o exercício de direitos, incluindo estigmatização, preconceito e barreiras no acesso aos serviços (Brito; Silva, 2022). Nesse cenário, as necessidades de saúde se articulam a demandas sociais que não podem ser enfrentadas de maneira isolada, exigindo integração entre diferentes setores e políticas públicas (Oliveira *et al.*, 2021). A fragmentação do cuidado e as dificuldades de articulação da rede podem contribuir para a

manutenção das vulnerabilidades, reforçando a necessidade de estratégias que considerem as particularidades e a complexidade da vida nas ruas (Martins *et al.*, 2023).

2.3. Pessoas em Situação de Rua Acolhidas em Instituições

Acolher pessoas em situação de rua em instituições de acolhimento representa não apenas a concessão de abrigo físico, mas também a abertura de um espaço no qual se pode (re)construir vínculos, identidade e possibilidades de autoestima (Omerov *et al.*, 2020). Estudos indicam que o período de institucionalização pode funcionar como momento de transição, no qual as pessoas têm acesso a alimentação regular, higienização, suporte psicossocial e espaço de escuta; esses fatores podem atenuar efeitos da vulnerabilidade vivenciada durante a vida na rua (Graf *et al.*, 2022). No entanto, o acolhimento não elimina automaticamente os impactos do sofrimento subjetivo: persistem sentimentos de desamparo, estigma internalizado e ruptura de laços familiares, o que demanda práticas especializadas de cuidado que considerem a história, a trajetória e os afetos singulares de quem foi acolhido (Gordon *et al.*, 2022).

Dentro dessas instituições, a intervenção em saúde mental e em processos de autoestima exige uma abordagem integrada, que valorize a escuta ativa e a participação dos residentes nas decisões sobre seu cuidado (Om *et al.*, 2022). A simples presença em um abrigo não garante, por si só, recuperação emocional ou pertencimento social — pois a trajetória de rua deixa marcas profundas (Horácio; Bento; Marques, 2023). A literatura aponta que, apesar do apoio institucional, muitos indivíduos continuam vulneráveis à reincidência ou à desistência dos vínculos, quando os

serviços não contemplam a dimensão afetiva, espiritual e de identidade (Queiroz ,2024). Assim, investigar a autoestima, a identidade e os vínculos afetivos em pessoas acolhidas é essencial para compreender os mecanismos que promovem ou dificultam a reterritorialização subjetiva no contexto pós-rua (Orsini *et al.*, 2024).

2.4. Transtornos Mentais Comuns

A prevalência de transtornos mentais entre pessoas em situação de rua é substancialmente elevada, com estudos recentes indicando que cerca de metade dos indivíduos apresentam sintomas depressivos, reflexo do sofrimento emocional e das condições adversas enfrentadas (Vitorino; Vieira; Guimarães, 2024). Além disso, problemáticas associadas como uso de álcool, drogas e insônia são frequentes, intensificando os desafios de saúde mental nessa população (Reilly; Ho; Williamson, 2022).

Uma revisão integrativa reforça esse panorama, destacando o papel da vulnerabilidade estrutural, como falta de moradia, isolamento social, estigma e dificuldades no acesso a cuidado, na amplificação de quadros de ansiedade e depressão, bem como na barreira ao acesso a serviços especializados (Gontijo *et al.*, 2024). Esses achados evidenciam a urgência de investigar os TMC nessa população como forma de subsidiar estratégias de cuidado mais efetivas, integradas e humanizadas.

2.5. TCM em Pessoas em Situação de Rua

Dentre os diversos impactos da exclusão social sobre a saúde, os transtornos mentais comuns (TMC) se destacam por sua elevada prevalência e subnotificação em populações vulneráveis (Campos *et al.*, 2022). Pessoas em situação de rua frequentemente enfrentam

sofrimento psíquico decorrente da falta de vínculos afetivos, violência cotidiana, insegurança alimentar, uso de substâncias, além do estigma social que compromete o acesso aos serviços de saúde e bem-estar (Paiva; Guimarães, 2022).

Identificar sinais precoces de TMC nessa população é fundamental para a formulação de políticas públicas e estratégias de cuidado que integrem saúde mental, assistência social e direitos humanos (Horácio; Bento; Marques, 2023). Ao investigar essas dimensões, a presente pesquisa busca não apenas mapear indicadores psicossociais, mas também contribuir para a produção de conhecimento ético e situado, que reconheça a complexidade das experiências subjetivas nas margens da sociedade (Om *et al.*, 2022).

Estudo recente realizado em um grande centro urbano brasileiro revelou que quase metade dos participantes apresentava sintomas depressivos, enquanto ideação suicida, uso frequente de álcool e drogas e distúrbios do sono também foram altamente prevalentes, evidenciando um panorama crítico de sofrimento psíquico (Vitorino; Vieira; Guimarães, 2024). Complementarmente, revisão integrativa aponta que os TMC, como ansiedade e depressão, são agravados por múltiplas vulnerabilidades – sociais, econômicas e subjetivas –, além de enfrentarem barreiras significativas de acesso aos serviços de saúde mental, o que amplia a invisibilidade dessa problemática (Gontijo *et al.*, 2024).

2.6. TCM em Pessoas com Experiência de Rua Acolhidas

As pessoas em situação de rua acolhidas institucionalmente frequentemente vivem com elevados níveis de sofrimento psíquico, refletindo um panorama de vulnerabilidade estrutural e social

(Orsini *et al.*, 2024). Estudos recentes no Brasil apontam que, nesta população, quadros de ansiedade, depressão e uso problemático de substâncias estão entre os transtornos mentais mais prevalentes (Patrício *et al.*, 2020). Em instituições de acolhimento, essas pessoas convivem com a ruptura de vínculos familiares, perdas materiais e simbólicas, além da estigmatização, fatores que potencializam os TMC e agravam o estado de saúde mental (Graf *et al.*, 2022).

Nos dispositivos de acolhimento institucional, a abordagem aos TMC exige que a ação seja mais do que meramente assistencial: é necessária uma escuta sensível à trajetória de vida, à subjetividade e aos modos de enfrentamento que emergem do cotidiano de rua (Braga *et al.*, 2024). Esse tipo de atenção potencializa a visibilidade de processos silenciosos de sofrimento, como ideação suicida, insônia e sentimentos de inutilidade, e favorece intervenções integradas entre saúde e assistência social (Esmeraldo Filho; Ximenes, 2024).

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, descritivo e quantitativo, recorte de um projeto maior intitulado “(Sobre)vivências na rua: as subjetividades e experiências de pessoas em situação de rua”, realizado na cidade de Vitória da Conquista, sudoeste da Bahia, Brasil, no período de agosto a novembro de 2025, em três instituições que atuam no acolhimento de pessoas em situação de rua. Duas instituições oferecem abrigo definitivo, ou até o indivíduo encontrar e retornar ao convívio familiar, e uma instituição é apenas para café da manhã, almoço, jantar e banho, conhecida como instituição “de passagem”.

A seleção da amostra foi não probabilística, por conveniência, uma vez que só participaram aqueles em acolhimento ou que frequentavam a instituição de passagem. Foram incluídas na amostra pessoas adultas, do sexo masculino, maiores de 18 anos, com experiência de rua em acolhimento institucional provisório ou definitivo, ou em situação de rua. Indivíduos com comprometimento cognitivo evidente ou desorganização psíquica intensa no momento, que impediam a compreensão ou a participação ética na pesquisa; pessoas em estado de intoxicação aguda por substâncias psicoativas no momento da entrevista foram excluídos.

A aplicação dos questionários foi realizada de forma oral, por meio de entrevista, garantindo a inclusão de participantes com baixa escolaridade ou analfabetismo funcional. As entrevistas tiveram duração aproximada de trinta minutos e foram conduzidas em locais seguros e acolhedores, definidos em parceria com os serviços sociais envolvidos. Os indivíduos eram convidados a participar, assinavam o termo de consentimento livre e esclarecido e depois eram entrevistados.

Primeiro, foi utilizado um questionário sociodemográfico estruturado elaborado pelos próprios autores para caracterização da amostra que contendo as seguintes variáveis: idade (em anos completos); sexo (masculino, feminino); cor/raça autodeclarada (conforme categorias do IBGE); estado civil (solteiro, casado, separado, viúvo, união estável); filhos (sim/não); tempo em situação de rua (em meses/anos); motivo declarado para entrada na situação de rua (perda de emprego, conflitos familiares, uso de drogas); escolaridade (nível mais alto concluído); religião ou crença espiritual (sim/não; qual?)

Depois, foi aplicado o SRQ-20 (*Self-Reporting Questionnaire*) que foi desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde para rastrear transtornos mentais comuns, como ansiedade, depressão e sintomas somatoformes. A validação brasileira foi realizada por Mari e Williams (1986) e contém 20 questões com respostas dicotômicas (“sim” ou “não”). Cada resposta afirmativa recebe 1 ponto. A pontuação total varia de 0 a 20. No Brasil, o ponto de corte mais utilizado é ≥ 7 para suspeita de transtorno mental comum em população geral (Mari; Williams, 1986).

Os dados foram tabulados em planilhas no Microsoft Excel® 2020 e posteriormente analisados com o auxílio do software estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 25.0. As variáveis independentes foram as características sociodemográficas (idade, sexo, cor/raça, escolaridade, estado civil, tempo em situação de rua, situação de moradia atual, presença de filhos). A variável dependente foi a classificação do escore do SRQ-20.

Foi realizada a análise estatística descritiva para caracterização da amostra, incluindo frequências absolutas e relativas, médias de idade e medidas de dispersão (desvio padrão, valores mínimo e máximo). O teste qui-quadrado de Pearson foi usado para verificar associações entre a situação atual de moradia e a classificação do SRQ-20. Foi adotado um nível de significância estatística de 5% ($p < 0,05$) em todas as análises.

O projeto foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e foi aprovado com CAAE 91580225.8.0000.5146 e número de parecer 7.857.140, em 24 de setembro de 2025. Todos os

participantes assinaram termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Compuseram a amostra 27 homens com experiência de rua, com média de idade de 47,3 (± 10) anos. A média de idade dos acolhidos foi 49,8 ($\pm 10,3$) anos e dos em situação de rua foi 44,6 ($\pm 9,5$) anos. Da amostra, 44,4% se autodeclararam pretos e 44,4% pardos, 70,4% eram solteiros, 70,4% tinham filhos, 74% tinham o ensino fundamental incompleto, 51,9% eram católicos e 48,2% afirmaram ter experiência de rua de mais de 5 anos. No momento da coleta, 51,9% se encontravam em acolhimento institucional e 48,1% em situação de rua. Quanto ao motivo de terem escolhido a vivência na rua, 25,9% relataram conflitos familiares.

Quando analisado pela situação atual de moradia, dos acolhidos, 50% se autodeclararam pardos e 53,8% dos em situação de rua se autodeclararam pretos. A maioria dos acolhidos e daqueles em situação de rua eram solteiros, 78,6% e 61,5% respectivamente. Dos acolhidos, 71,4% tinham filhos, e daqueles em situação de rua, 69,2% afirmaram ter filhos. Quanto à escolaridade, 71,4% dos acolhidos e 76,9% dos em situação de rua tinham ensino fundamental incompleto.

Os dados sociodemográficos deste estudo acompanham tendências já descritas em pesquisas brasileiras com pessoas em situação de rua, sobretudo quanto à maior presença de indivíduos negros ou pardos, solteiros e com baixa escolaridade (Gontijo *et al.*, 2024; Silva *et al.*, 2021). Esse conjunto de características evidencia a influência de

desigualdades sociais e educacionais na trajetória de vulnerabilidade dessa população (Haeffner *et al.*, 2023).

Sobre a religião, 71,4% dos acolhidos se declararam católicos e 46,2% dos em situação de rua se declararam cristãos. Quanto ao tempo de experiência de rua, 57,1% dos acolhidos e 38,5% dos em situação de rua tinham mais de 5 anos. Os achados apresentados corroboram com o estudo de Barata *et al.* (2015) que encontraram resultado semelhante, com cerca de um terço dos participantes vivendo nessa condição há mais de cinco anos, associada a vulnerabilidades como dificuldades financeiras, fragilidade dos vínculos familiares, violência e discriminação. Hungaro *et al.* (2020) também observaram permanência média de 5,39 anos nas ruas, reforçando o caráter prolongado dessa condição.

No que diz respeito aos motivos, 28,6% dos acolhidos afirmaram ter sido por perda do emprego e 30,8% dos em situação de rua relataram conflitos familiares. Estas porcentagens são similares aos 29,8% que alegaram desemprego e 29,1% conflitos familiares observados por Sicari e Zanella (2018) em sua revisão sistemática.

Os conflitos familiares apareceram como um dos principais fatores relacionados à vivência nas ruas, resultado também observado em outras investigações nacionais (Santos *et al.*, 2024; Meneses *et al.*, 2025). Estudos apontam que rompimentos familiares, desemprego e dificuldades econômicas frequentemente se associam no processo de ida e permanência nas ruas, demonstrando que esse fenômeno não decorre de uma causa isolada, mas da sobreposição de diferentes vulnerabilidades (Natalino, 2024; Lima *et al.*, 2026). Os dados de caracterização da amostra podem ser melhor analisados na tabela 1.

Tabela 1. Caracterização da amostra de acordo com a situação de moradia atual, Vitória da Conquista, 2025

Variável	Acolhido		Em situação de rua		Total
	n	%	n	%	
Etnia					
Preta	5	35,7	7	53,8	12
Parda	7	50	5	38,5	12
Branca	2	14,3	1	7,7	3
Total	14	100	13	100	27

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o original em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/prevalencia-de-transtornos-mentais-comuns-e-com-experiencia-de-rua-comparacao-entre-acolhimento-institucional-e-situacao-de-rua?not>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025

Quanto à classificação do SRQ-20, 51,9% foram classificados como sem TMC e 48,1% com TMC. Quando analisado de acordo com a situação de moradia, 57,1% dos acolhidos foram classificados como sem TMC e 53,8% dos em situação de rua como com transtorno mental comum. Não houve associação estatística entre a situação atual de moradia e a prevalência de transtorno mental comum ($p=0,564$). Os dados descritos podem ser melhor observados na tabela 2.

Tabela 2. Prevalência de transtorno mental comum de acordo com a situação de moradia atual, Vitória da Conquista, 2025

SRQ-20	Acolhidos		Em situação de rua		Total
	n	%	n	%	N
Classificação					
Sem TMC	8	57,1	6	46,2	14
Com TMC	6	42,9	7	53,8	13
Total	14	100	13	100	27

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse original em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/prevalencia-de-transtornos-mentais-comuns-e-com-experiencia-de-rua-comparacao-entre-acolhimento-institucional-e-situacao-de-rua?not>

Fonte: Dados da pesquisa, 2025

A prevalência de TMC de 48,1% evidencia uma frequência relevante de sofrimento psíquico na amostra estudada. Resultados semelhantes, embora com prevalências superiores, foram encontrados por Patrício *et al.* (2020), que identificaram TMC em 71,4% das pessoas avaliadas pelo SRQ-20, e por Lima *et al.* (2026), que encontraram sofrimento mental em 63% dos participantes. Esses achados demonstram que alterações relacionadas à saúde mental são frequentes entre pessoas com experiência de rua.

A ocorrência de TMC pode estar relacionada às diferentes vulnerabilidades presentes nessa trajetória. Barry *et al.* (2024), em sua metanálise, afirmam que pessoas em situação de rua apresentam maior prevalência de TMC do que a população geral. Braga *et al.* (2024) observaram elevada frequência de tristeza, nervosismo, preocupação e alterações do sono e discutiram esses

sintomas no contexto de condições como violência, preconceito e vulnerabilidade social. De forma análoga, Lima *et al.* (2026) identificaram associação entre sofrimento mental e experiências de violência, reforçando que a exposição contínua a situações de vulnerabilidade pode repercutir negativamente na saúde mental.

Embora neste estudo tenha sido observada maior frequência de TMC entre os participantes que permaneciam em situação de rua, não houve associação estatisticamente significativa entre a condição atual de moradia e a presença de TMC ($p=0,564$). Gutwinski *et al.* (2021) demonstraram que o sofrimento mental entre pessoas com experiência de rua envolve diferentes fatores sociais e individuais, indicando que sua ocorrência não pode ser explicada apenas pela condição de moradia.

Nesse contexto, o acolhimento institucional, embora possa reduzir algumas vulnerabilidades relacionadas à permanência nas ruas, não representa, isoladamente, a resolução do sofrimento psíquico. Patrício *et al.* (2020) encontraram elevada ocorrência de TMC entre pessoas atendidas em uma instituição de acolhimento. Onapa *et al.* (2022) afirmam que o acolhimento proporciona proteção e estabilidade, mas não apaga as memórias e sofrimentos da experiência de rua. Dessa forma, os achados reforçam a necessidade de integrar o acolhimento social ao acompanhamento contínuo em saúde mental.

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. A primeira refere-se ao tamanho reduzido da amostra, decorrente, em parte, das dificuldades de recrutamento da população estudada. Durante a coleta de dados, observou-se resistência de alguns indivíduos em

participar da pesquisa, incluindo manifestações de constrangimento ou desconforto em compartilhar informações sobre suas experiências. Além disso, por se tratar de uma amostra de conveniência e de tamanho reduzido, os achados devem ser interpretados com cautela quanto à sua generalização para outras populações com experiência de rua.

Outra limitação diz respeito à possibilidade de viés de informação, principalmente de memória. Durante as entrevistas, foram observadas, em alguns participantes do grupo de acolhidos, dificuldades de recordação e inconsistências no relato de determinadas informações, inclusive dados sociodemográficos. Como não foi utilizado um instrumento padronizado para avaliação cognitiva previamente à aplicação dos questionários, não foi possível mensurar objetivamente eventuais alterações que pudessem interferir na compreensão das perguntas ou na precisão das respostas. Dessa forma, não se pode excluir a possibilidade de imprecisões nas informações autorreferidas e nos resultados dos instrumentos aplicados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostra que pessoas em situação de rua apresentam maior prevalência de TMC do que pessoas com experiência de rua em acolhimento institucional. A hipótese inicial de que o acolhimento reduziria de forma estatisticamente significativa os índices de TMC não se confirma do ponto de vista inferencial, pois não houve associação estatística entre situação de moradia e TMC.

Apesar dessa ausência de significância estatística, a pesquisa propicia importantes avanços científicos e práticos ao lançar luz

sobre a complexidade do sofrimento psíquico e social enfrentado por essa população. As descobertas evidenciam que a concessão de abrigo físico, de forma isolada, não elimina completamente os impactos acumulados da vulnerabilidade social e da vida na rua.

Este estudo contribui para o aprimoramento das práticas no campo da saúde e da assistência social, indicando que as políticas públicas e as ações da Rede de Atenção Psicossocial precisam ir além da oferta de moradia provisória, promovendo um cuidado psiquiátrico e psicossocial integral, continuado e humanizado. Pesquisas futuras que ampliem o tamanho amostral, incluam a perspectiva de diferentes identidades de gênero e adotem delineamentos longitudinais e qualitativos são fundamentais. Tais abordagens permitirão avaliar com maior profundidade a efetividade longitudinal dos serviços de acolhimento e a dinâmica dos fatores de risco e proteção envolvidos na saúde mental de pessoas com experiência de rua.

DECLARAÇÃO DO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Foram utilizados o ChatGPT versão gratuita, ChatGPT Plus e Gemini 3 Flash na versão Plus para revisão ortográfica, melhoria da coesão textual, correção gramatical e para listar e conferir as referências nas normas ABNT. Foi utilizado o *Open Evidence* e *Research Rabbit* para auxiliar na descoberta de autores e artigos relevantes. Tudo o que foi feito foi revisado por quatro autores que assumem integral responsabilidade pela originalidade e veracidade do texto final, em conformidade com a Portaria CNPq nº2.664/2026

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATA, Rita Barradas et al. Desigualdade social em saúde na população em situação de rua na cidade de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, supl. 1, p. 219-232, 2015. DOI: 10.1590/S0104-12902015S01019.

BARRY, Rebecca et al. Prevalence of mental health disorders among individuals experiencing homelessness: a systematic review and meta-analysis. **JAMA psychiatry**, v. 81, n. 7, p. 691-699, 2024.

BRAGA, N. T.; BRITO, L. S.; GARCIA, J. B. S. Pessoas em situação de rua e sua vulnerabilidade à dor, depressão e sono: revisão narrativa. **BrJP**, v. 7, p. e20240042, 2024.

BRITO, C; SILVA, L. N. População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.27, n.1, p.151-160, 2022

CAMPOS, F. S. et al. Transtornos mentais em população em situação de rua: estudo transversal. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 4, p. e00012321, 2022.

COLLIBELI, L.P.; PAIVA, F.S.; BATISTA, C.B. Itinerários terapêuticos de mulheres em situação de rua: as múltiplas faces do cuidado. **Psicologia & Sociedade**, v.35, p.e264738, 2023

ESMERALDO FILHO, C. E; XIMENES, V. M. Dimensão subjetiva da pobreza: que dizem as pessoas em situação de rua. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.44, p.e267483, 2024.

GONTIJO, C. L.; SILVA, A. R.; VIEGAS, P. F. População em situação de rua e vulnerabilidade social no Brasil. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 32, n. 1, p. 23–31, 2024.

GORDON, Susan Jayne; BAKER, Nicky; STEFFENS, Margie. Appropriate and acceptable health assessments for people experiencing homelessness. **BMC Public Health**, v. 22, art. 1289, 2022. DOI: 10.1186/s12889-022-13723-7. Disponível em: [Springer](#)

GRAF, C. et al. O papel do suporte institucional na reconstrução da identidade de pessoas em situação de rua. **Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 3, p. 1–15, 2022

GRAMAJO, M. et al. Subjetividade e vínculos na experiência da população em situação de rua. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 32, n. 2, p. 1–15, 2023.

GUTWINSKI, S; SCHREITER, S; DEUTSCHER, K; FAZEL, S. The prevalence of mental disorders among homeless people in high-income countries: An updated systematic review and meta-regression analysis. **PLoS Medicine**, v.18, n.8, e1003750, 2021

HAEFFNER, Liris Salete Bonfanti et al. Vulnerabilidade social e de saúde de pessoas em situação de rua. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 57, n. esp., e20220379, 2023. DOI: 10.1590/1980-220X-REEUSP-2022-0379pt. Disponível em: [Portal de Revistas da USP](#)

HORÁCIO, Andreia N; BENTO, Antonio; MARQUES, João G. Personality and attachment in the homeless: A systematic review. **International Journal of Social Psychiatry**, v. 69, n. 6, p. 1312-1326, 2023.

HUNGARO, Andressa Alejandra et al. Homeless population: characterization and contextualization by census research. **Revista**

Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 73, n. 5, e20190236, 2020. DOI: 10.1590/0034-7167-2019-0236.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil** (2012-2022). Nota Técnica, n.103, Rio de Janeiro: IPEA, 2023.

LIMA, D. L. S. et al. Pessoas em situação de rua: uso de álcool e/ou outras drogas, sofrimento mental e violência. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 35, e20250204, 2026. DOI: 10.1590/1980-265X-TCE-2025-0204pt.

MAIA, L. F. dos S.; SANCHES, A.M.; VASCONCELLOS, C. Transtornos mentais mais encontrados nas pessoas em situação de rua. **Recien: Revista Científica de Enfermagem**, v. 12, n. 40, p. 274-279, 2022.

MARI, J. J.; WILLIAMS, P. A validade do Self Reporting Questionnaire (SRQ-20) na detecção de transtornos psiquiátricos na atenção primária. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 7, n. 1, p. 15–17, 1986.

MARTINS, A. L. J. et al. A interface entre as políticas públicas para a população em situação de rua: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.28, n.8, p.2403-2416, 2023.

MENESES, A. L. S. et al. Determinantes sociais da população em situação de rua atendida por uma equipe Consultório na Rua. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, Umuarama, v. 29, n. 3, p. 1396-1415, 2025. DOI: 10.25110/arqsaude.v29i3.2025-11794.

MENEZES, R. P. Determinantes sociais e trajetórias da população em situação de rua no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 37, n. 109, p. 1-18, 2022.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **A População em situação de rua nos números do Cadastro Único**. Rio de Janeiro: Ipea, mar. 2024. 57 p.: il. (Texto para Discussão, n. 2944). DOI: <http://doi.org/10.38116/td2944-port>

OLIVEIRA, Micael Almeida de; BOSKA, Gabriella de Andrade; OLIVEIRA, Márcia Aparecida Ferreira de; BARBOSA, Guilherme Correa. O acesso à saúde pela população em situação de rua da Avenida Paulista: barreiras e percepções. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 55, e03744, 2021. DOI: 10.1590/S1980-220X2020033903744. Disponível em: [Portal de Revistas da USP](#)

OM, Phuntsho et al. A qualitative systematic review on the experiences of homelessness among older adults. **BMC geriatrics**, v. 22, n. 1, p. 363, 2022.

OMEROV, Pernilla; CRAFTMAN, Åsa G.; MATTSSON, Elisabet; KLARARE, Anna. Homeless persons' experiences of health- and social care: a systematic integrative review. **Health & Social Care in the Community**, v. 28, n. 1, p. 1–11, 2020. DOI: 10.1111/hsc.12857.

ONAPA, Hebaat et al. The physical and mental health effects of housing homeless people: a systematic review. **Health & Social Care in the Community**, v. 30, n. 2, p. 448–468, 2022. DOI: 10.1111/hsc.13486.

ORSINI, Gabriella D. et al. The homeless period: a qualitative evidence synthesis. **Women & Health**, v. 64, n. 3, p. 250-260, 2024.

PAIVA, Irismar Karla Sarmento de; GUIMARÃES, Jacileide. População em situação de rua e Rede de Atenção Psicossocial: na corda bamba

do cuidado. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 32, n. 04, p. e320408, 2022.

PATRÍCIO, A. C. F. et al. Saúde mental da população em situação de rua: barreiras e possibilidades no acesso ao cuidado. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3567-3578, 2020.

PINHEIRO, Suane Silva; GIONGO, Carmem Regina. “A minha casa é na rua”: vivências da população em situação de rua de Novo Hamburgo. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 34, e210096, 2023. DOI: 10.1590/0103-6564e210096. Disponível em: [Portal de Revistas da USP](#)

QUEIROZ, D. C. Ações de assistência à saúde ofertadas à população em situação de rua: estado da arte. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 8, p. e05482024, 2024.

REILLY, Johanna; HO, Iris; WILLIAMSON, Andrea. A systematic review of the effect of stigma on the health of people experiencing homelessness. **Health & social care in the community**, v. 30, n. 6, p. 2128-2141, 2022.

SANTOS, Keila Cristina Costa dos et al. Maternidade e maternagem em situação de rua: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 10, p. e010982023, 2024.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. 4, p. 662–679, 2018.

SILVA, T. O. et al. População em situação de rua no Brasil: estudo descritivo sobre o perfil sociodemográfico e da morbidade por

tuberculose, 2014-2019. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 30, n. 1, e2020566, 2021. DOI: 10.1590/S1679-49742021000100029.

VITORINO, L.M.; VIEIRA, R.R.; GUIMARÃES, M.V.C. Prevalência de transtornos psiquiátricos de pessoas em situação de rua em um grande centro urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v.19, n.46, p.3697, 2024.

¹ Discente do Curso Superior de Medicina da Afya Faculdades, *Campus Vitória da Conquista*, Bahia. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Discente do Curso Superior de Medicina da Afya Faculdades *Campus Vitória da Conquista*, Bahia. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Discente do Curso Superior de Medicina da Afya Faculdades *Campus Vitória da Conquista*, Bahia. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Discente do Curso Superior de Medicina da Afya Faculdades *Campus Vitória da Conquista*, Bahia. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁵ Doutora, Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PPGCS), Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Minas Gerais. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁶ Mestra, Docente do Curso Superior de Medicina da Afya Faculdade de Ciências Médicas *Campus Vitória da Conquista*, Bahia. E-mail:

[acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)